



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	214/2018
Referência:	Processo nº A-25/1994 T1
Interessado (a):	HAMILTON FERNANDO SCHENKEL

EMENTA: REGULARIZAÇÃO DE OBRA/SERVIÇO

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura - CEEA reunida em São Paulo no dia 26 de outubro de 2018, apreciando o processo **A-25/1994 T1** tendo por interessado *Hamilton Fernando Schenkel* e por assunto *Regularização de obra/serviço concluído sem a devida ART*, contendo despacho da UGI-Jundiaí à SUPCOL com vistas à reconsideração, pela CEEA, de sua Decisão CEEA nº 003/2018, uma vez ter sido verificado por aquela unidade, que o referido Conselheiro, interessado do processo, constou do rol dos votantes do parecer sob apreciação; considerando que em sendo o processo recebido na CEEA, com o apontamento pela UGI-Jundiaí (fls.15), foi despachado a relator, Conselheiro João Luiz Braguini, para exame e manifestação (fls.16); considerando que o relator designado manifestou-se nos autos conforme segue descrito: *I - FATO GERADOR: Solicitação da reconsideração de parte da Supcol, da Decisão da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura que aprovou o parecer do Conselheiro Relator que votou no processo em epígrafe: a) o profissional possui atribuições profissionais que o habilitam a se responsabilizar pelos serviços descritos no atestado apresentado; b) pelo indeferimento do requerido uma vez que não se aplica ao caso a Resolução nº 1050/2013 do Confea visto que já existe ART registrada pelo serviço, considerando que o Engenheiro Agrimensor Hamilton Fernando Schenkel daqui em diante denominado com interessado votou favoravelmente ao parecer do relator em processo no qual era parte. II - AUTOS DO PROCESSO (DESTAQUES) - Requerimento de ART e Acervo Técnico de autoria do interessado, requerendo a regularização de obra/serviço concluído ou cargo/função extinto sem a devida ART (folhas 03); - Atestado Técnico dos serviços executados (folhas 05); - Resumo de Profissional do interessado (folhas 06); - Resumo de empresa tendo como responsáveis técnicos o interessado e o Engenheiro Agrimensor Maurilio Turbiani Júnior (folhas 07); - ART nº 92221220150580386 registrada em 22/05/2015 (folhas 10 e verso); - Parecer do relator (folhas 13); - Decisão da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura (folhas 14). III – PARECER O interessado protocolou Requerimento de ART e Acervo Técnico, com solicitação contida no fato gerador. Analisando o processo verifica-se que ele votou de forma favorável à aprovação do parecer do relator no processo A-1994 T1 indevidamente, uma vez que estava impedido a exercer tal prerrogativa, nos termos do inciso I do artigo 18 da Lei Federal nº 9784/99, por dele ser parte na condição de interessado sendo o ato processual nulo de pleno direito. Há que necessariamente, considerar a completa inexistência de qualquer tipo de dolo ou má fé em seu voto, visto que a decisão lhe foi desfavorável consoante Decisão de número 03/2018 datada de 07 de Fevereiro de 2018. De outra forma observa-se que o parecer do relator no processo A/25 1994 T1, foi votado em bloco conforme consignado na Súmula da 340ª Sessão Ordinária da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura realizada aos 29 dias do Mês de Janeiro de 2018, sem que fosse destacado por nenhum Conselheiro com direito a voto para a arguição do impedimento legal do ato de sua votação, fato que induziu o interessado a erro de forma não intencional reiterando também neste caso, a completa ausência de dolo ou má fé de nenhuma da parte ou natureza. Assim, decido reconsiderar a nível de recurso dirigido à autoridade que proferiu a decisão nos termos do neste caso concreto, a Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, nos termos*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

do § 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 9784/1999, anulando totalmente sua Decisão de número 03/2018 que aprovou o parecer do relator no Processo A-25/1994 T1, amparando-me no caput e § 2º do artigo 53 e no artigo 64 ambos da Lei Federal nº 9784/1999. VOTO: Considerando conteúdo do parecer e voto: a) Pela reconsideração a nível de recurso interposto, amparado pelo § 1º do artigo 56 e anulação total da Decisão nº 03/218, datada 07 de Fevereiro de 2018 da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, nos termos do Caput e parágrafo 2º do artigo 53 e do caput do artigo 64, todos da Lei Federal nº 9784/99, por infração ao inciso I do artigo 18 da mesma Lei. b) Pela extinção do processo - 000025/1994 T1 em nome do Engenheiro Agrimensor Hamilton Fernando Schenkel, com data de abertura em 18/09/2017 por exaustão de sua finalidade, nos termos do artigo 52 da lei Federal nº 9784/99.; **DECIDIU:** Aprovar o parecer do relator, Conselheiro João Luiz Braguini. Coordenou a reunião o Conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente ao parecer os Conselheiros: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini e Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, com a abstenção do Conselheiro Hamilton Fernando Schenkel, não havendo votos contrários.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	215/2018
Referência:	Processo nº C-301/2018
Interessado (a):	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE JACAREÍ – FATEC JACAREÍ

EMENTA: EXAME DE ATRIBUIÇÕES - CURSO: TECNOLOGIA EM GEOPROCESSAMENTO

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura - CEEA, reunida em São Paulo, no dia 26 de outubro de 2018, apreciando o processo **C-301/2018**, tendo por interessada a *Faculdade de Tecnologia de Jacareí – FATEC Jacareí* e por assunto o *Exame de Atribuições do Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento*, encaminhado à CEEA para a conferência de atribuições aos Tecnólogos em Geoprocessamento formados nos anos letivos de 2018 e; considerando que a instituição de ensino foi oficiada em 02.08.2018 pela UGI-SJC (fls.52) para manifestar-se sobre a ocorrência de alteração curricular do curso para o ano letivo de 2018 com relação à matriz curricular do ano letivo de 2017, com vistas à conferência de atribuições aos concluintes do curso em 2018; considerando que a instituição de ensino informou, por sua Diretora, a manutenção da matriz curricular do curso de 2017 em 2018; considerando que o Curso de Tecnologia em Geoprocessamento da Faculdade de Tecnologia de Jacareí – FATEC, encontra-se cadastrado no Crea-SP, com atribuições conferidas pela Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura – CEEA aos Tecnólogos em Geoprocessamento formados nos anos letivos de 2017-1 e 2017-2 conforme Decisão CEEA nº 133/2018 (fls.50 a 51); considerando que conforme a referida Decisão aos egressos do curso, nos anos letivos de 2017-1 e 2017-2, foi conferido o título profissional de Técnico(a) em Geoprocessamento, conforme o Código 162-02-00 constante na Resolução nº 473/2002 e as atribuições dos artigos 3º e 4º da Resolução nº 313/86, ambas do Confea; considerando que a instituição, em resposta ao ofício nº 9971/2018, de 02/08/2018 do GRE-6 do Crea-SP nº 015/2018 (fls.52) manifestou-se através do Ofício Dir. 069/2018, de 15/08/2018 (fls.53), e a ele anexou a composição do corpo de docentes, com respectivas titulações, disciplinas ministradas, quantidade de aulas semanais, número de aulas por semestre e endereço na *web* do currículo *Lattes* (fls.54 a 57); considerando que de acordo com o artigo 46, letra “d”, da Lei nº 5.194/66, são atribuições das Câmaras Especializadas *apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região*; considerando a regra ditada pelo artigo 11 da Resolução nº 1.007/03, do Confea, no sentido de que *a câmara especializada competente atribuirá o título, as atividades e as competências profissionais em função da análise da qualificação acadêmica do portador de diploma ou certificado, de acordo com os procedimentos e os critérios estabelecidos em resolução específica*; considerando que conforme estabelece os parágrafos 1º e 2º do artigo 6º da Resolução nº 1.073/16, do Confea, *as profissões que não têm atribuições regulamentadas em legislação específica terão suas atribuições mínimas definidas nos normativos do Confea, em vigor, que tratam do assunto, bem como que as eventuais atribuições adicionais obtidas na formação inicial e não previstas no caput e no § 1º deste artigo serão objeto de requerimento do profissional e decorrerão de*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

análise do currículo escolar e do projeto pedagógico do curso de formação do profissional, a ser realizada pelas câmaras especializadas competentes envolvidas; considerando que os Tecnólogos em Geoprocessamento estão contemplados na Tabela anexa da Resolução nº 473/02 do Confea, no Grupo da Engenharia, Modalidade Agrimensura, Código 162-02-00; considerando que as atribuições dos Tecnólogos estão previstas nos artigos 3º e 4º da Resolução nº 313/86, do Confea; considerando constar definido pela CEEA o título profissional e as atribuições do egresso do curso relativamente ao exercício de 2017; considerando a manutenção da matriz curricular do curso disposta às fls.44, conforme informado pela interessada (fls.53); considerando o que mais consta do presente processo,
DECIDIU: Aprovar o relato do Conselheiro João Fernando Custódio da Silva, por conceder aos formados no Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento pela Faculdade de Tecnologia de Jacareí no ano letivo de 2018, o título de Tecnólogo(a) em Geoprocessamento, conforme o Código 162-02-00 da tabela anexa à Resolução nº 473/02, do Confea, e as atribuições dos artigos 3º e 4º da Resolução nº 313/86 do Confea. Coordenou a reunião o conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Coordenou a reunião o Conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini e Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	
Referência:	Processo nº F-4508/2016
Interessado (a):	ELIAS ANTÔNIO VIEIRA ME

EMENTA: **REQUER REGISTRO**

DECISÃO

VISTAS - Cons. Hamilton Fernando Schenkel

São Paulo, de de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	216/2018
Referência:	Processo nº PR-407/2018
Interessado (a):	SEBASTIÃO CARLOS DIAS DE LIMA (ENGENHEIRO CIVIL)

EMENTA: ANOTAÇÃO EM CARTEIRA

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida em São Paulo, no dia 26 de outubro de 2018, apreciando o processo **PR-407/2018**, tendo por interessado *Sebastião Carlos Dias de Lima* e assunto *Anotação em carteira* e, considerando que o profissional interessado, Engenheiro Civil, registrado no Crea-SP sob nº 5068982643, desde 16/01/2013, requer a anotação em carteira e emissão de Certidão de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; considerando que relativamente ao requerido constam do processo os seguintes documentos: - Requerimento protocolado em 07/03/2018 (fls. 02); - Cópia do Certificado de Pós-Graduação de conclusão do curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais – “Lato Sensu”, emitido em 21/02/2018, pela Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Pirassununga (fls. 03), com Histórico Escolar no verso, constando o rol de disciplinas do curso, com respectivas cargas horárias, e carga horária total de 480 horas, compreendendo: Introdução ao Georreferenciamento (15h); Ajustamento das Observações (30h); Captação de Informações do território por diferentes metodologias (30h); Cartografia Aplicada ao Georreferenciamento (30h); Didática do Ensino Superior (30h); Estágio Supervisionado (30h); Geodésia Aplicada ao Georreferenciamento (60h); Metodologia da Pesquisa Científica (30h); Monografia Assistida (60h); Normas do Incra e Legislação Aplicada ao Georreferenciamento (30h); Orçamento de Serviços em Georreferenciamento (15h); Práticas, Coleta e Processamento de dados (90h); Topografia Aplicada ao Georreferenciamento (30h); Docentes e respectivas titulações; - Informações de arquivo Resumo de Profissional em nome do interessado, constando as suas atribuições profissionais, do artigo 7º da Resolução nº 218/73, do Confea (fls. 04); - Cópia do comprovante de pagamento da taxa correspondente ao serviço requerido (fls. 05); - Cópia de mensagem eletrônica trocada entre a UGI Taubaté e a Instituição de Ensino confirmando a certificação do interessado (fls. 06); - Informação e despacho da UGI Taubaté, encaminhando o processo a esta Câmara para análise e parecer (fls. 07); considerando que as atividades relativas a *Levantamentos Geodésicos* (Georreferenciamento) correspondem a uma atribuição profissional, conforme dispõe a Decisão Plenária 1.347/2.008 do Confea; considerando que o requerimento do interessado é datado de 06/04/2018, na vigência da Resolução nº 1.073, de 22 de abril de 2016 do Confea, cujo art. 7º, dispõe sobre a extensão da atribuição inicial, e no seu §2º, quanto a extensão ser permitida entre modalidades do mesmo grupo profissional, conforme segue: *Art. 7º A extensão da atribuição inicial de atividades, de competências e de campo de atuação profissional no âmbito das profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea será concedida pelo Crea aos profissionais registrados adimplentes, mediante análise do projeto pedagógico de curso comprovadamente regular, junto ao sistema oficial de ensino brasileiro, nos níveis de formação profissional discriminados no art. 3º, cursados com*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

aproveitamento, e por suplementação curricular comprovadamente regular, dependendo de decisão favorável das câmaras especializadas pertinentes à atribuição requerida. (...) § 2º A extensão de atribuição é permitida entre modalidades do mesmo grupo profissional; considerando que o interessado, com profissão pertencente ao grupo profissional da Engenharia, requer certidão de georreferenciamento de imóveis rurais, e que o curso realizado pelo interessado ocorreu na modalidade lato sensu; considerando que para os casos em que os profissionais requerentes não forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia nem Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados pela Câmara Especializada de Agrimensura, pela câmara especializada pertinente à modalidade do requerente e, por fim, pelo Plenário do Regional, conforme a Decisão nº PL nº 1347/08 do CONFEA; considerando que o artigo 46, letra "d", da Lei nº 5.194/66, dispõe serem das atribuições das Câmaras Especializadas apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região, **DECIDIU:** Aprovar o relato do Conselheiro João Fernando Custódio da Silva: 1 – Favoravelmente à anotação em registro do Curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais – Lato Sensu, ao requerente, e correspondente emissão de Certidão para fins de assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR; 2 – Pelo encaminhamento do processo à Câmara Especializada de Engenharia Civil e posteriormente ao Plenário considerando o disposto no item 1º "d" da Decisão Plenária nº 1347/08 do CONFEA. Coordenou a reunião o Conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini e Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	217/2018
Referência:	Processo nº PR-12131/2016
Interessado (a):	SAMUEL FERNANDO ADAMI

EMENTA: **INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida em São Paulo, no dia 26 de outubro de 2018, apreciando o processo **PR-12131/2016**, tendo por interessado *Samuel Fernando Adami* e por assunto *Interrupção de registro* e, considerando tratar-se de processo instaurado pela Unidade de Gestão da Inspeção de Jundiá (UGI – Jundiá), cujo interessado, Geógrafo, registrado sob nº 5061623800 desde 30/06/2003, com atribuições conferidas pelo art. 3º da Lei Federal nº 6664/1979 solicitou a baixa de seu registro profissional no Crea-SP, conforme solicitação em folhas 02 e 03, e apresentou: - Declaração de que não possui CTPS (folha 04); • Termo de Posse nº 53/12 – UNILA (folha 05); - Termo de Início de Exercício – UNILA (folha 06); e a UGI-Jundiá providenciou e juntou ao processo: - Resumo Profissional (folha 07); - Informações do SIC sobre o interessado (folha 08); - Consulta de ART (folha 09); - Consulta de processo “SF” e “E” (folha 10); - E-mails de pessoal administrativo do CREA-SP que trata da “dúvida sobre registro de docentes” (folhas 11 a 14); - Manifestação e despacho (folha 15); considerando que a Assistência Técnica promoveu sua Informação (folhas 16 a 22); considerando que em consulta à *Pesquisa Pública de Profissional no CREAMet* em 07/10/2018 consta que o interessado está com registro inativo para o título de Geógrafo, sem responsabilidade técnica, e no *Resumo de Profissional* não há registro de ocorrências, responsabilidade técnica ou quadro técnico ativos; considerando a manifestação da UGI Jundiá quanto a não haver processos de ordem “SF” e “E” em nome do interessado, assim como não constar ART “em aberto”, visto em outro Estado e não contar com responsabilidade técnica ativa; considerando que o interessado apresentou documentos que indicam a sua dedicação exclusiva para a docência em nível superior da *Universidade Federal da Integração Latino Americana* (UNILA); considerando a regularidade do preenchimento do *Requerimento de Baixa de Registro Profissional*, em atendimento aos artigos 30 e 31 da Resolução CONFEA nº 1007/2003, amparado pela recomendação do Jurídico do CREA-SP quanto a suspensão das fiscalizações aos docentes até o final da Ação Civil Pública nº 18401-12.2010.4.036100, no qual foi proferida sentença determinando que o CREA-SP e o CONFEA se abstenham de exigir o registro dos professores universitários que lecionem disciplinas ligadas às profissões regulamentadas; considerando que o interessado já teve sua solicitação atendida pela UGI Jundiá uma vez que o *Resumo de Profissional* indica a baixa do profissional em 03/10/2016, conforme orienta o art. 4º da Instrução nº 2560/2013, restando apenas a manifestação de *referendo* da Câmara Especializada, em atendimento aos artigos 13 e 14 da citada Instrução, **DECIDIU:** Aprovar o relato do Conselheiro Marcos Aurélio de Araújo Gomes, favoravelmente ao *referendo* da solicitação do profissional para a concessão da baixa de registro profissional, por atender aos incisos I a III do art. 30 e incisos I e II do art. 31, ambos da Resolução CONFEA nº 1007/2003. Coordenou a reunião o Conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

favoravelmente os Conselheiros: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini e Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	218/2018
Referência:	Processo nº PR-257/2017
Interessado (a):	REINALDO ANDRADE DA COSTA

EMENTA: **INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida em São Paulo, no dia 26 de outubro de 2018, apreciando o processo **PR-257/2017** tendo por interessado *Reinaldo Andrade da Costa* e por assunto *Interrupção de registro* e, considerando tratar-se de processo instaurado pela Unidade de Gestão da Inspeção de Santo André, em cujo interessado, profissional Geógrafo Reinaldo Andrade da Costa, registrado sob o nº 5062733979 desde 20/02/2008, com atribuições conferidas pelo art. 3º da Lei Federal nº 6664/1979, solicitou baixa de registro profissional (folha 02) e apresentou cópia da CTPS nº 43178 Série 198-SP (folhas 3 e 4); considerando que a UGI Santo André providenciou juntou ao processo: - Ofício nº 2388/2017 - UGISANDRE à empresa onde o interessado presta serviço, a COBRAPE Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos (folha 06); - Resposta da COBRAPE ao Ofício nº 2388/2017 - UGISANDRE (folha 07); - Solicitação de abertura de processo PR e envio deste à CEEA (folha 08); - Informações de arquivo *Resumo de Profissional* (folha 09); Informação de processo e solicitação de despacho à CEEA (folhas 10 e 11); - Informações de arquivo *Resumo de Empresa* (folha 12 e 13); considerando que a Assistência Técnica promoveu sua Informação (folhas 14 a 22); considerando que em consulta à *Pesquisa Pública de Profissional* no CREANet em 03/10/2018 consta que o profissional encontra-se com registro ativo para o título de Geógrafo, sem responsabilidade técnica, e que no seu *Resumo de Profissional* não há registro de ocorrências, responsabilidade técnica ou quadro técnico; considerando a informação da UGI-Santo André em folhas 10 e 11 quanto a não haver processos de ordem "SF" e "E" em nome do profissional, nem registro de ART; considerando que o cargo registrado na CTPS de "técnico nível superior pleno", não faz alusão à formação superior do profissional; considerando a exigência para a ocupação deste cargo como sendo de "graduação de nível superior em carreiras de Ciências Sociais, Humanas e Tecnológicas", indicando característica generalizada, e que a atividade exercida pelo profissional possui características administrativas voltadas ao "apoio na administração de contratos, relativos ao atendimento habitacional de interesse social, executados por empresas públicas"; considerando que em pesquisa na *internet*, seja no *site* da empresa como no nome do profissional, não foram encontradas informações sobre o profissional que pudessem vinculá-lo ao exercício profissional; considerando ter sido constatado que o relato da Assistência Técnica está vinculado a outro profissional e que no processo de edição o mesmo foi comprometido, sendo necessário desconsiderá-lo integralmente, **DECIDIU:** Aprovar o relato do Conselheiro Marcos Aurélio de Araújo Gomes, favoravelmente a solicitação do profissional para a concessão da baixa de registro profissional, por atender aos incisos I a III do art. 30 e incisos I e II do art. 31, ambos da Resolução CONFEA nº 1007/2003. Coordenou a reunião o Conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, Hamilton Fernando



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini e Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	219/2018
Referência:	Processo nº PR-311/2017
Interessado (a):	LUCAS HENRIQUE DE JESUS SILVA

EMENTA: **INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida em São Paulo, no dia 26 de outubro de 2018, apreciando o processo **PR-311/2017** tendo por interessado *Lucas Henrique de Jesus Silva* e por assunto *Interrupção de registro* e, considerando tratar-se de processo instaurado pela Unidade de Gestão da Inspeção São José dos Campos, em cujo interessado, profissional Engenheiro Cartógrafo, registrado neste conselho sob o nº 5069613782 em 25/08/2015, com atribuições conferidas pelo art. 6º da Resolução CONFEA nº 218/1973, com validade de registro vencido em 31/12/2016, portanto, com com registro inativo, solicitou a baixa de registro profissional com a justificativa de não exercer atividades de engenharia; considerando que conforme informações de arquivo *Resumo de Profissional* em nome do interessado, consta não haver ocorrências, quadro técnico e responsabilidade técnica ativas; considerando que o interessado apresentou: • Requerimento de Baixa de Registro Profissional – BRP (folhas 02 e 03); • CTPS nº 45129 Série 00333-SP (folhas 04 a 06); • Declaração da Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE) (folha 08); considerando que a UGI-São José dos Campos informa que não constar processos de ordem “SF” ou “E”, ART em aberto, e não constar responsabilidade técnica ativa por empresa, e apresentou: • Resumo de Empresa da FUNCATE, folha 11; • CBO 2031-10, folhas 12 e 13; considerando que em consulta à *Pesquisa Pública de Profissional* no CREA-Net em 12/10/2018 consta que o profissional está com registro inativo para o título de Engenheiro Cartógrafo; considerando que o interessado não se encontra “em dia” com suas obrigações, cuja situação precisará ser regularizada; considerando a declaração da empresa FUNCATE onde o interessado está registrado como seu funcionário no cargo *Especialista em GEO JR*, CBO nº 203110, desde 04/05/2015; considerando o *Código Brasileiro de Ocupações* (CBO) nº 203110, que significa *Pesquisador em Ciências da Terra e Meio Ambiente*, e que a *Descrição Sumária* indica “desenvolvem pesquisas científicas em ciências naturais e exatas tais como, computação e informática... analisando e tratando dados... de fontes secundárias... construção de modelos e teorias... coordenam atividades de pesquisa... disseminam conhecimentos científicos... podem prestar serviços de consultoria...”; considerando o disposto no art. 1º da Resolução CONFEA nº 218/1973, que para efeito de fiscalização do exercício profissional, a atividade de pesquisa é passível de fiscalização, conforme elencada na Atividade nº 08, conform segue: “Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:” “Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão”; considerando que as atividades exercidas pelo profissional e informadas pela FUNCATE em folha 08, diga-se de passagem, “Realizar trabalhos envolvendo as áreas de Cartografia, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto”, e que o cargo ocupado pelo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

interessado é *Especialista em Geoprocessamento Júnior*; considerando que a atividade de geoprocessamento é atividade desempenhada pelo interessado, amparado pela Decisão Plenária nº 1050/2016 que decidiu que o "... Geoprocessamento é uma atividade multidisciplinar típica dos profissionais do Sistema Confea/Crea e deve ser exercida por profissional habilitado com registro no Crea."; considerando que o art. 1º da Resolução CONFEA nº 218/1973, atividade nº 08, estabelece a atividade de *pesquisa* como fiscalizável; considerando o fato do interessado estar registrado no cargo como *Especialista em Geoprocessamento Júnior*, **DECIDIU:** Aprovar o relato do Conselheiro Marcos Aurélio de Araújo Gomes, conforme segue: 1. Desfavoravelmente ao requerido pelo interessado *Lucas Henrique de Jesus Silva*, tendo em vista o mesmo exercer atividade de *geoprocessamento*, cujo exercício cumpre ser realizado por profissional habilitado com registro no CREA, conforme Decisão Plenária nº 1050/2016; 2. Que a UGI - São José dos Campos, empreenda esforços para que o profissional interessado regularize seu registro junto ao CREA-SP, tendo em vista a validade de registro vencida com consequente inatividade. Coordenou a reunião o Conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini e Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	220/2018
Referência:	Processo nº PR-156/2016
Interessado (a):	ROGÉRIO DA SILVA GIUNTINI

EMENTA: **CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida em São Paulo, no dia 26 de outubro de 2018, apreciando o processo **PR-156/2016** tendo por interessado *Rogério da Silva Giuntini* e por assunto *Certidão de Inteiro Teor* e, considerando tratar-se de processo instaurado pela Unidade de Gestão da Inspeção de Araçatuba; considerando que o interessado, Engenheiro Ambiental apresentou Certificado de Conclusão do curso de Pós-Graduação *Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais – "Lato Sensu"* realizado na *Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Pirassununga* no período de 24/01/2014 a 14/10/2015, conforme Histórico do curso constante no verso do Certificado (fls.02); considerando que o relator do processo, Conselheiro Marcos Aurélio de Araujo Gomes constatou divergências de informações entre as datas presentes no certificado de Pós-Graduação da turma 24 e as informações contidas no Sistema Creanet sobre o período letivo, folhas 17 e 18; considerando que em razão das divergências verificadas pelo relator o processo foi baixado em diligência para elucidação às indagações do mesmo relativamente à possibilidade da integralização das disciplinas ao aluno em 169 dias apenas no 1º semestre de 2014, bem como quanto a estarem adequadas as datas de início e término constantes no Certificado de Pós-Graduação e no Sistema CREANet referente às atribuições, embora divergentes; considerando ter sido juntado ao processo, após diligências: • Solicitação de vistas pela Conselheira Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, folha 19; • Cópia do Certificado de Pós-Graduação, folhas 20 e 21; • Manifestação da Conselheira Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, folha 22; • Decisão da CEEA nº 02/2017 sobre Apuração de Falta Ética Disciplinar ao interessado, folhas 23 e 24; • Pesquisa de Atribuição de Curso – Outros Normativos, folha 25; • Despacho da UGI Araçatuba, folha 26; considerando que em consulta à *Pesquisa Pública de Profissional* no *CREANet* em 13/10/2018 consta que o profissional está com registro ativo para o título de Engenheiro Ambiental, e possui responsabilidade técnica para a empresa Rogério da Silva Giuntini ME, com registro nº 1910835 também ativo; considerando a juntada de novo certificado de pós-graduação do interessado, apresentado pela Conselheira Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, representante da instituição de ensino FEAP no CREA-SP, demonstrando nova data de conclusão de curso, em 12/09/2014; considerando que os Engenheiros Ambientais fazem parte da categoria Engenharia, conforme § 1º art. 4º da Resolução CONFEA nº 335/1989 e da modalidade civil, conforme art. 4º da Resolução CONFEA nº 447/2000; considerando a manifestação da UGI Araçatuba considerada pertinente ao questionamento do relator; considerando que o § 2º art. 7º da Resolução Confea nº 1073/2016 determina que a extensão de atribuição é permitida entre modalidades do mesmo grupo ou categoria profissional; considerando que o profissional interessado possui uma formação curricular com carga horária total de 410 (quatrocentos e dez) horas e por disciplinas que o conferem competência para o exercício da



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) afeito ao Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); **DECIDIU:** Aprovar o relato do Conselheiro Marcos Aurélio de Araújo Gomes, favoravelmente ao profissional em sua solicitação de certidão de inteiro teor para as atribuições técnicas em face da conclusão do curso de especialização em Georreferenciamento de imóveis Rurais para o exercício da responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) afeito ao Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), conforme o § 2º art. 7º da Resolução CONFEA nº 1073/2016. Coordenou a reunião o Conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini e Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	221/2018
Referência:	Processo nº PR-196/2018
Interessado (a):	KELLY CRISTINA DELLA NINA BALISTA

EMENTA: **CERTIDÃO DE GEORREFERENCIAMENTO**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura - CEEA, reunida em São Paulo, no dia 26 de outubro de 2018, apreciando o processo **PR-196/2018** tendo por interessada *Kelly Cristina Della Nina Balista* e por assunto *Certidão de Georreferenciamento* e, considerando que a interessada apresentou em complemento a seu pleito, entre outros documentos: - Certificado de Especialista Técnico de Nível Médio em Geoprocessamento, emitido pelo Centro Paula Souza (fls.03 a 04); - Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agrimensura (fls.05 a 06); considerando tratar-se a interessada de profissional Engenheira Civil e Técnica em Agrimensura, conforme informações de arquivo *Resumo de Profissional* (fls.14); considerando que a Coordenadoria da CEEA, em decorrência de apreciação preliminar do processo, requereu a juntada ao mesmo, do histórico escolar do curso de Engenharia Civil, uma vez que o histórico escolar do curso de Especialização Técnica de Nível Médio em Geoprocessamento, bem como o da Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agrimensura não apresentavam componentes curriculares contribuintes à análise da viabilidade da assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, e que para apreciar o requerido enquanto profissional da engenharia civil, cumpriria considerar as disposições da Resolução nº 1073/2016 do Confea, em seu Art. 3º, inciso 3º, e Art. 7º (fls.16); considerando a juntada ao processo do histórico escolar da interessada, relativamente ao curso de Engenharia Civil, concluído junto ao Centro Universitário Padre Anchieta (fls.17 a 19); considerando a Informação promovida pela Assistência Técnica (fls. 21 a 23); considerando que o processo encaminhado à Conselheira Jussara T. T. Nogueira, para exame e manifestação (fls.24) foi relatado pela mesma, a qual, em face do pleito e documentos juntados entendeu que as disciplinas cursadas não possibilitam à profissional atribuições para a assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, **DECIDIU:** Aprovar o relato da Conselheira Jussara T. Tagliari Nogueira, pelo indeferimento do pleito. Coordenou a reunião o Conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Conselheiros: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini e Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	222/2018
Referência:	Processo nº SF-1050/2015
Interessado (a):	JOSÉ OLAVO GARCIA

EMENTA: **ANÁLISE PRELIMINAR DE DENUNCIA**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura reunida em São Paulo no dia 26 de outubro de 2018, apreciando o processo **SF-1050/2015** tendo por interessado *José Olavo Garcia* e por assunto *Análise Preliminar de Denúncia*, instaurado em razão de denúncia de Gilson Vaz de Oliveira, via sistema on-line (fls.02 a 14), em 09/04/2015, na qual consigna o pagamento de R\$10.500,00 em 20/01/2015, a título de depósito antecipado, de um valor contratual de R\$21.000,00 para os serviços contratados de *topografia, roçada e construção de muro*, nos lotes 12 e 24 do loteamento Balneário Mar Azul, no município de Caraguatatuba, SP, à pessoa jurídica *Márcia Pedroso de Moraes – ME*, CNPJ nº 08.938008/0001-05, sob nome fantasia de *Megatopo Serviços de Topografia*, tendo como responsável técnico o Técnico em Agrimensura José Olavo Garcia, com prazo de entrega em 20/02/2015, sem a contraprestação dos serviços até então, e, pelo fato de não ter localizado o cadastro da referida pessoa jurídica, após acesso à *consulta pública de empresas registradas* no site do Crea-SP, bem como quanto ao não fornecimento da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos serviços, e, considerando que em razão da denúncia formulada o processo instaurado pela UGI - Caraguatatuba, informado pela Assistência Técnica da UCT/DAC/SUPCOL (fls.31 a 37), e i encaminhado à Conselheira Jussara T. T. Nogueira, para exame e manifestação (fls.38); considerando que a referida conselheira em 07 de outubro de 2016, requereu manifestação do denunciante quanto a eventuais procedimentos jurídicos por tomados; considerando a manifestação do denunciante a seguir reproduzida: "Até o momento, ainda não adotamos procedimentos jurídicos, pois o advogado do Sr. Gilson Vaz de Oliveira tentou por várias vezes acordo amigável com o Sr. José Olavo Garcia, buscando a devolução total do valor pago, porém até o momento não tivemos total êxito. Nota: O Sr. Gilson Vaz de Oliveira não tem mais interesse que esta empresa inicie o serviço, em função da mesma supostamente não possuir a capacitação necessária para tal."; considerando que desde 21 de setembro os técnicos industriais estão desvinculados do Sistema Confea/Crea; considerando que por força da aplicação da Lei Federal nº 13.639/2018 - que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas - os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia estão impedidos de emitir documentos de qualquer natureza a esses profissionais; **DECIDIU:** Retirar o processo de pauta, considerando a referida Lei. Coordenou a reunião o Conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

favoravelmente os Conselheiros: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini e Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	350
Decisão CEEA nº	223/2018
Referência:	Processo nº SF-686/2018
Interessado (a):	FERNANDO GONÇALVES DE MELO

EMENTA: **ANÁLISE PRELIMINAR DE DENÚNCIA**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida em São Paulo, no dia 26 de outubro de 2018, apreciando o processo **SF-686/2018** tendo por interessado *Fernando Gonçalves de Melo* e por assunto *Análise Preliminar de Denúncia* e, considerando tratar-se de processo instaurado pela Unidade de Gestão de Inspeção de Registro, decorrente da denúncia do Funcionário Público Aposentado João Vavassori Filho contra o profissional Engenheiro Agrícola Luiz Alexandre Moretti Oliveira, e que por uma avaliação da referida UGI a mesma optou por estender a denúncia ao profissional *Fernando Gonçalves de Melo*, Geógrafo, CREA-SP nº 5061472211; considerando que o denunciante apresentou: Denúncia, folhas 02 a 10; Procuração em nome do Adv. Luiz Francisco Monteiro, folhas 11 e 12; Anexos da Denúncia, folhas 13 a 101; Aditamento da Denúncia, folhas 116 e 117; Anexos do Aditamento da Denúncia, folhas 118 a 135; considerando que a UGI-Registro juntou ao processo: Pesquisa sobre processos de ordem "E" e "SF" em nome do Geógrafo Fernando Gonçalves de Melo, folhas 103 e 104; Resumo de Empresa – Meridional Agrimensura Ltda, folha 105; Resumo de Profissional - Geógrafo Fernando Gonçalves de Melo, folha 106; ART nº 92221220090367837 ao contratante MDA registrado em 28/04/2009, folha 107; ART nº 92221220131199108 ao contratante MDA registrado em 05/09/2013, folha 108; Notificação Ofício nº 1051/2018 – UGI Registro, emitida em 04/04/2018, dando ciência da denúncia e prazo de 10 dias para manifestação, folha 109; Notificação Ofício nº 1473/2018 – UGI Registro, emitida em 22/05/2018, dando ciência da denúncia de documento complementar de denúncia com prazo de 10 dias para manifestação, folha 137; Manifestação do Geógrafo Fernando Gonçalves de Melo, folhas 138 a 140; Informação de processo, folha 141; e Despacho para CEEA, folha 142; considerando que a Assistência Técnica da CEEA juntou ao processo: Resumo de Profissional – Engenheiro Agrimensor Vander Lopes Pedrosos; e Informação de processo, folhas 144 a 151; considerando que o denunciante João Vavassori Filho protocolou denúncia apenas ao profissional Engenheiro Agrícola Luiz Alexandre Moretti Oliveira, sendo instaurado em seu nome o processo administrativo SF-000685/2018; considerando que o denunciante afirma que a empresa *Meridional Agrimensura Ltda.*, com responsabilidade técnica do Geógrafo *Fernando Gonçalves de Melo*, possui conduta indevida para beneficiar a empresa *CBA* no trabalho de georreferenciamento e no aliciamento de posseiros com vistas ao cadastro dessas pessoas junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (1º parágrafo da folha 06); considerando a indicação de que o memorial georreferenciado da transcrição nº 20.078 assinado pelo Engenheiro



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Agrícola Luiz Alexandre Moretti Oliveira da empresa Campo Moderno traz o código da empresa Meridional do interessado (2º parágrafo da folha 06); considerando a indicação de que o interessado usou indevidamente o CCIR nº 6410653235866 como sendo da área de 25.498 ha (2º parágrafo da folha 07); considerando a indicação de omissão no trabalho conduzido pelo interessado que não mencionou o denunciante, e em seu lugar teria indicado nome de terceiros e da própria empresa CBA (7º parágrafo da folha 08); considerando que o Aditamento de Denúncia não trouxe novos elementos contra o interessado; considerando não haver manifestação do interessado sobre o Aditamento da Denúncia; considerando que a empresa *Meridional Agrimensura Ltda.*, registro nº 772243, encontra-se com registro ativo para 2018, com data de início em 08/04/2009, e seu responsável técnico é o interessado, não havendo *quadro técnico* ativo; considerando que o interessado encontra-se com registro ativo para 2018, com início em 31/03/2009, e atribuições do art. 3º da Lei Federal nº 6664/1979 como profissional Geógrafo e art. 3º da Resolução CONFEA nº 262/1979 como profissional Técnico em Agrimensura, sem ocorrências e *quadro técnico*, apenas a responsabilidade técnica para a empresa *Meridional Agrimensura Ltda.* com vínculo de sócio; considerando não haver processo de ordem *SF* ou *E* em nome do interessado, e não constar no processo manifestação em contrário do contratante *Ministério do Desenvolvimento Agrário* (MDA) vinculado aos serviços prestados pelo interessado ou sua empresa *Meridional*, respectivamente vinculados às ART nº 92221220090367837 e nº 92221220131199108; considerando a manifestação do interessado que alega não possuir vínculo com a empresa *Campo Moderno Topografia e Projetos*; considerando que, em campo, os técnicos de ambas as empresas se encontraram e alegou: “as demarcações tinham divisas comuns, portanto não haveria necessidade de ambas empresas fazerem as divisas já demarcadas novamente, pois são arquivos de dados que por bom senso, foram trocados os trechos já executados por uma ou outra empresa”; considerando que a denúncia “não condiz com a realidade... alegações infundadas, são de natureza jurídica, e não possui nenhum aspecto técnico...”; Que “todos os serviços executados pela Meridional, foram acompanhados e fiscalizados e recebidos pelo ITESP, que montou Núcleo Operacional Móvel nas cidades... e Juquiá durante a execução dos serviços...”; “... o CREA-SP deve analisar a parte técnica dos trabalhos realizados, se estão dentro das normas técnicas e conforme com as Lei que regem a matéria, e não cabe a este conselho analisar aspectos jurídicos de quem tem ou não direitos sobre a terra...”, ainda que durante os 4 anos de execução dos serviços o denunciante não apareceu para reivindicar nenhuma propriedade; considerando a existência de prática comum entre os profissionais do setor a troca de dados do levantamento georreferenciado de propriedades rurais com limites confrontantes, sendo tais profissionais os responsáveis pela utilização destes dados e pelo produto final; considerando não haver no processo manifestações em contrário aos trabalhos relacionados ao interessado pelos clientes *MDA* ou *ITESP*, ou mesmo do *INCRA*; considerando não ter sido apurado pela UGI Registro elementos que comprovassem a existência de irregularidade dos trabalhos desenvolvidos pelo interessado; considerando o denunciante não ter formulado diretamente a denúncia ao interessado, mas sim exclusivamente ao Engenheiro Agrícola Luiz Alexandre Moretti Oliveira, **DECIDIU:** Aprovar o relato do Conselheiro Marcos Aurélio de Araújo Gomes, pelo não acatamento da denúncia, em face da inexistência de elementos consistentes para sustentá-la, conforme o art. 8º da Resolução CONFEA nº 1004/2003, instruída pelo art. 12 da Instrução CREA-SP nº 2559/2013. Coordenou a reunião o Conselheiro João Fernando Custódio da Silva.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Votaram favoravelmente os Conselheiros: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini e Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura